



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a realização do curso "Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto nº 10.024/2019", para uma turma de até 15 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 11 e 12/11/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

**2.1 Dados da instituição promotora**

Razão Social: Supercia Capacitação e Marketing Ltda

CNPJ: 11.128.083/0001-15

Endereço: End. Av. Eduardo Elias Zahran, 420 – Jardim Paulista, Campo Grande – MS Cep 79050-000

Contato: Sumaia

E-

mail: sumaia@supercia.com.br [valdirene@supercia.com.br](mailto:valdirene@supercia.com.br)

Tel: 67 3348-3300 67 99922-2011



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Banco do Brasil S/A Agência: 2936-X  
Conta corrente: 132867-0

### **2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento [0468535](#).

### **2.3. PÚBLICO-ALVO**

Servidores da Secretaria de Administração, Assessoria Jurídica, CCIA e DG.

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

### **3.1. Da Necessidade:**

Os excelentes resultados obtidos pelo PREGÃO têm motivado a Administração Pública no sentido de adotar, cada vez com mais intensidade, essa nova modalidade de licitar, sempre buscando por melhorias.

Nesse momento em que o Governo Federal edita o novo decreto do pregão eletrônico, que vigorará a partir do dia 28 de outubro deste ano, torna-se necessário que os usuários do sistema percebam a dimensão e importância das alterações que foram apresentadas na norma e que ocorrerão no sistema.

O curso em questão foi pensado para o aperfeiçoamento não só da equipe de pregoeiros, mas também a todos os servidores que de uma forma ou outra lidam com a matéria, sendo para análise ou auditoria.

A capacitação encontra-se prevista no Plano Anual de Capacitações 2019 sob nr. 20190302.

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

### 3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em **Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto nº 10.024/2019** versa sobre conteúdo técnico na área licitação, especificamente das novas regras do pregão eletrônico. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

### 3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pela palestrante **Madeline Rocha Furtado**, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (Evento [0469049](#)). Sua larga experiência como instrutora em treinamentos na área de licitação e contratos, conforme atestados nos eventos [0469047](#) e [0469048](#), a qualifica como **notório especialista** na matéria.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

### 3.2.3. Da escolha de empresa fornecedora:



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Durante as pesquisas de mercado, verificou-se que a instrutora escolhida atende a diversas empresas de treinamento no Brasil. Considerando-se o histórico da Supercia em atender a este Tribunal, optou-se por essa negociação junto a essa empresa, uma vez que os valores estão adequados.

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado é de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 15 servidores, em R\$. 1.453,33 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para comprovação de compatibilidade com o mercado, insere-se abaixo dados de outras contratações semelhantes efetuadas por este regional:

<b>Capacitação</b>	<b>Ano</b>	<b>número de Participantes</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Valor total</b>
	2018	10	24	R\$ 24.690,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Capacitação</b>	<b>Ano</b>	<b>número de Participantes</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Valor total</b>
Formação de Auditores Internos				
Gestão Tributária de Contratos e convênios (curso aberto a terceiros)	2019	1	24	R\$ 2.980,00
Gestão de e Fiscalização de Contratos	2019	25	16	R\$ 25.000,00
Questões Polêmicas de Pessoal	2019	20	16	R\$ 26.800,00
Formação de Prgoeiros (curso aberto a terceiros)	2019	2	16	R\$ 5.600,00
Formação de Pregoeiros - Decreto n.10024/2019 (em contratação)	2019	15	16	R\$ 21.800,00

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

### **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	<b>R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais)</b>

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Disponibilizar local para realização do curso;
3. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

## **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0468535](#)), nos dias 11 e 12/11/2019;
2. Fornecer material didático, coffee break e certificado, registrando a frequência dos participantes;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;

4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

### **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

### **11 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

### **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 11 e 12/11/2019.

### **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
  - a) a confirmação do evento no prazo definido;
  - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
  - a) a presença do instrutor;
  - b) a regularidade das aulas;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) o cumprimento dos horários;
  - d) o fornecimento dos materiais;
  - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
- a) o cumprimento da carga-horária;
  - b) a avaliação do evento pelos participantes;
  - c) a emissão dos certificados;
  - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

## **14 – DOS ANEXOS**

**14.1-** Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0468536](#), [0468546](#), [0468548](#) e [0468549](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

---

Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO**, **Chefe de Seção**, em 22/10/2019, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002523-59.2019.6.22.8000

INTERESSADO: GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,  
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para a realização do curso "Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto nr 10.024/2019", para uma turma de até 15 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**PARECER JURÍDICO Nº 0472529 / 2019 - PRES/DG/AJDG**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES, com vistas à contratar a empresa **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA., CNPJ: 11.128.083/0001-15**, para a realização do curso "**Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto n. 10.024/2019**", para um público de até 15 (quinze) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, que será realizado nesta capital, com uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 11 e 12/11/2019, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada.

**02.** Dimensionou-se o valor total do curso em **R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais)**, estando avaliado com o custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, com registros nos exercícios de 2018 e 2019.

**03.** Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0468536](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0468548](#)); Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0468549](#)); Atestados de Capacidade Técnica ([0469047](#) e [0469048](#)), Certidão Negativa Tributos Federais ([0468546](#)) e Currículo da instrutora ([0469049](#)).

**04.** O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos na proposta da empresa ([0468535](#)).

**05.** Verifica-se que consta, no Projeto Básico SEDES ([0469051](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as penalidades, garantias, o prazo de execução e definição do gestor e fiscal do contrato.

**06.** A SEDES encaminhou por e-mail ([0470227](#)) o Projeto Básico para ciência do representante da empresa proponente, a qual atestou sua concordância via e-mail constante do evento ([0470357](#)).

**07.** Por intermédio do Despacho n. 5351 ([0470375](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Projeto Básico e seus anexos, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade do referido documento, complementado pela proposta da empresa ([0468535](#)), ao tempo que se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0470395](#)).

**09.** A COFC ([0470863](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 21.800,00** (vinte e um mil e oitocentos reais), indicando o Plano Interno ERRO TREINA e o Pré-Empenho n. 2019PE000374, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**10.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II - DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, inciso VI, DA LEI N. 8.666/93.**

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

**12.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – [...]

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**15. Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**16.** A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).

**17.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

[...] A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se exigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**18.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos farta comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, verbis**:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**19.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

**Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

**20.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

### **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**

**21.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**22.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas nos itens 3 e 4 do Projeto Básico ([0469051](#)) elaborado pela **SEDES**, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

### **III - DA CONCLUSÃO**

**23.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – pela possibilidade da contratação direta da empresa **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA.**, CNPJ: 11.128.083/0001-15, para ministrar o curso "**Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto n. 10.024/2019**", com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

II – pela regularidade do Projeto Básico ([0469051](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX, da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**24.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93 instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual.

**25.** Cabe registrar que, caso necessário, deverão ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA**, antes da efetivação da contratação.

**26.** Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se necessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal.

À consideração superior.

---

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 30/10/2019, às 18:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002523-59.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE

ASSUNTO: Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Pregão Eletrônico - Principais pontos decreto nº 10.024/2019".





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DESPACHO Nº 5653 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES com vistas a contratar a empresa **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA., CNPJ: 11.128.083/0001-15,,** para a realização do curso "**Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto n. 10.024/2019**" para uma turma de até 15 (quinze) servidores deste Tribunal, a ser realizado nesta Capital, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 11 e 12/10/2019, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada ([0468433](#)).

O conteúdo do curso está descrito no documento anexado aos autos no evento [0468535](#).

A SEDES elaborou o Projeto Básico [0469051](#) para contratação. Dimensionou o valor por pessoa em R\$. 1.453,33 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos), totalizando R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais), conforme item 4 do referido projeto básico.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos as certidões negativas da referida empresa: Cadastro no FGTS ([0468536](#)); Tributos Federais ([0468546](#)); Trabalhista ([0468546](#)) e de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0468549](#)).

Em análise do Projeto Básico, a COMAP concluiu por sua regularidade, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da lei nº 8.666/93, pela contratação direta por inexigibilidade de licitação e se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0470395](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária [0470863](#) no valor de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais), informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A AJDG opinou pela possibilidade da contratação direta da referida empresa; pela regularidade do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato e sua substituição pela nota de empenho; pela atualização das certidões que comprovem a regularidade da empresa Ferrara Consultoria em Relacionamentos Ltda. antes da efetivação da contratação e pela publicação da dispensa na imprensa oficial ([0472529](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SAOFC, com fulcro no art. 57, inciso IX, da Resolução TRE/RO nº 06/2015, reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG [0455530](#) ([0472710](#)).

O processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais. Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Plano Anual de Capacitação de 2019, sob o 20190302, conforme informado pela Chefe da SEDES no item 3 do PB ([0469051](#)).

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da lei nº 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **RATIFICA** a situação de inexigibilidade prevista no art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93 e, por conseguinte:

**1. Aprova o Projeto Básico SEDES [0469051](#)**, pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, da Lei n. 8.666/93;

**2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93;

**3. Adjudica o objeto à empresa Supercia Capacitação e Marketing Ltda., CNPJ: 11.128.083/0001-15 e autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa supracitada, no valor de **R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais)**;

**4. Dispensa a formalização de contrato, sendo o mesmo substituído por Nota de Empenho** (subitem 18.1 do Edital do referido Pregão eletrônico), com fulcro no [art. 62 da Lei 8.666/93](#); e

**5. Determina a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico – DJE e no Diário Oficial da União - DOU**, em respeito ao princípio da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

publicidade, considerando que o valor da contratação situa-se além dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

Ademais, cumpre ressaltar que deverá haver atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação.

À SAOFC para continuidade das ações visando à contratação pretendida.

---

Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 08/11/2019, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190213  
Disponibilização: 12/11/2019  
Publicação: 13/11/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA, CNPJ n. 11.128.083/0001-15. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização do curso "Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto nr 10.024/2019", para uma turma de até 15 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 11 e 12/11/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0472529/2019 - PRES/DG/AJDG, de 30/10/2019, por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, CPF n. 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 5653/2019 - PRES/DG/GABDG, de 08/11/2019, por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, CPF n. 408.521.642-20, Diretora-Geral do TRE-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO em substituição. Nota de Empenho: 2019NE000840, de 08/11/2019, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Total: R\$ 21.800,00. Processo: SEI n. 0002523-59.2019.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 12/11/2019, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PÁGINA: 1

EMISSÃO : 08Nov19 NÚMERO: 2019NE000840 ESPÉCIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDEREÇO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL  
MUNICÍPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 11128083/0001-15 - SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA  
ENDEREÇO : EDUARDO ELIAS ZAHRAN 420 CASA 2 VILA JARDIM PAULIST  
MUNICÍPIO : 9051 - CAMPO GRANDE UF: MS CEP: 79050-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVAÇÃO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES(0469051), PARECER DA AJDG(0472529), DESPACHO DG(047486), E REMESSA SAOFC(0475212) DO PROCESSO SEI NR 0002523-59.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA  
TIPO : ORDINÁRIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00025235920196228000  
UF/MUNICÍPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERÊNCIA: ART25/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 21.800,00

VINTE E UM MIL E OITOCENTOS REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMEN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITÁRIO:	21.800,00
			VALOR DO SEQ. :	21.800,00

SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DO CURSO "PREGÃO ELETRÔNICO - PRINCIPAIS PONTOS DO DECRETO N. 10.024/2019" PARA UMA TURMA DE ATÉ 15 (QUINZE) SERVIDORES DESTA TRIBUNAL A SER REALIZADO NESTA CAPITAL, NA MODALIDADE ENSINO PRESENCIAL, NOS DIAS 11 E 12/10/2019, COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES(0469051).

T O T A L : 21.800,00

AUREA CRISTINA  
SALDANHA  
OLIVEIRA:40852164220

Assinado eletronicamente por AUREA CRISTINA SALDANHA  
em 08/11/2019 às 14:22:00  
CPF: 04565735/0001-13  
Assinado eletronicamente por FRANCISCO P. COSTA FILHO  
em 08/11/2019 às 14:22:00  
CPF: 16251784253

FRANCISCO  
PARENTES DA COSTA  
FILHO:16251784253

Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA  
em 08/11/2019 às 14:22:00  
CPF: 16251784253  
Assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA  
em 08/11/2019 às 14:22:00  
CPF: 16251784253

AUREA CRISTINA S O ARAGÃO  
ORDENADOR SUBSTITUTO

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 221, quinta-feira, 14 de novembro de 2019

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 10 ao Termo de Concessão de Uso n. 003/2014. SEI 0000829-64.2017.6.18.8000. CONCESSIONÁRIO: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE. CONCEDEnte: Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, CNPJ nº 11.431.327/0001-34. OBJETO: Redução de 7,38 m² da área utilizada pelo cartório eleitoral da 52ª ZE - São Bento do Una, nas dependências do Fórum pertencente ao TJPE, a partir de 20 de setembro de 2019, perfazendo o total de 30,07 m² metros quadrados e a Inclusão de 59,25 m² da área utilizada pelo cartório eleitoral da 35ª ZE - Bezerros nas dependências do Fórum pertencente ao TJPE, a partir de 1.º de outubro de 2019; Com as inclusões e alterações das áreas concedidas, a área total ocupada pelo TRE/PE passa a ser de 2.410,66 m². FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Cláusula Nona, § 1º do Termo de Concessão de Uso n. 003/2014. VALOR: R\$ 833.942,70, para o exercício de 2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02120570206P0016; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE001006, de 04/11/2019; Espécie: Reforço 2019NE000244, de 01/02/2019; Valor do Empenho: R\$ 4.678,44. DATA DE ASSINATURA: 05/11/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Concessionário, Frederico Ricardo de Almeida Neves, Desembargador Presidente; pelo Concedente, Adalberto de Oliveira Melo, Desembargador Presidente.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato TRE-PI nº 19/2017. Processo SEI nº 0012090-28.2019.6.18.8000. CONTRATADA: ALSERVICE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ/MF: 17.426.041/0001-47. OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS POSTOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS e alterar a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA do contrato originário. Fica alterada a razão social e o endereço da contratada que passa a ser: ALSERVICE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, estabelecida na Rua Cônego Bravete, 855, Cidade dos Funcionários, Fortaleza - CE, CEP: 60.822-815. A CLÁUSULA TERCEIRA do contrato em epígrafe fica retificada para constar 5 (cinco) postos de serviços, conforme item 3 do Termo de Referência nº 093/2016. Fica prorrogada a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, até 14 de novembro de 2020 que dar-se-á nas mesmas condições e preços atualmente vigentes, ou seja, no valor total estimado da contratação de R\$ 156.850,37 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e sete). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 02.122.0570.2272.0001 - Julgamento de Causas e Gestão e Administração, sob o ED. nº 3.390.37 - Locação de Mão de Obras. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, bem como na Cláusula Décima Quarta do Contrato TRE-PI nº 019/2017 e demais fundamentos externados nos autos do Processo SEI nº 0012090-28.2019.6.18.8000. DATA DE ASSINATURA: 13/11/2019. ASSINAM: Pelo TRE-PI, Sr. Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva, Secretário de Administração, Orçamento e Finanças e, pela Contratada, o Sr. Raimundo Edson de Sousa Silva.

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2019

Procedimento Licitatório nº 44/2019. Pregão Eletrônico. Processo SEI nº 0009825-53.2019.6.18.8000. OBJETO: Contratação de serviços de recepcionista. ADJUDICATÁRIA: D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - CNPJ nº 09.172.237/0001-24. VALOR TOTAL: R\$ 259.197,79 (duzentos e cinquenta e nove mil, cento e noventa e sete reais e setenta e nove centavos). DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2019.

GERALDO ALMEIDA MOTA FILHO  
Diretor-Geral

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2019 - UASG 70008

Nº Processo: 90232019. Objeto: Contratação de empresa médica especializada para prestar serviços de exames admissionais e demissionais para os estagiários do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 14/11/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av Rui Barbosa Nº 215 - Tirol, Tirol - Natal/RN ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70008-5-00058-2019. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/11/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO  
Diretora-geral

(SIASGnet - 13/11/2019) 70008-00001-2019NE000041

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE LICITAÇÕES

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 61/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor e preço total: Pelster Tecnologia Ltda, R\$ 88.691,05.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO  
Diretor-Geral

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

#### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2019.0.000024018-4. CONTRATO nº 90/19. OBJETO: Subscrição de 6 (seis) licenças de uso de software Adobe Creative Cloud para equipes por 24 meses. CONTRATADA: MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. CNPJ:04.398.254/0001-17. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 13/11/19 até o recebimento definitivo do objeto. VALOR: R\$47.299,98, conforme NE nº1398/19. ELEMENTO: 3390.40.06 - Locação de software. PROGRAMA: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do orçamento do TRE/RJ.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/intermidios.html>, pelo código 030203911400143

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

#### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Espécie: Extrato da NE 833, de 08/11/2019. Contratada: HOMEOFFICE MOVEIS LTDA. CNPJ nº 66.455.593/0001-99. Programa Trabalho: 021220570206P0011. Natureza Despesa: 44.90.52.42. Objeto 1) Item 01 do Edital - Armário Suspensão (LXPXH). Quant: 2. Vir. Unit: R\$ 580,00; 2) Item 03 do Edital - Armário Médio Porta de Correr (LXPXH). Quant: 10. Vir. Unit: R\$ 1.064,00; 3) Item 04 do Edital - Armário Alto (LXPXH). Quant: 10. Vir. Unit: R\$ 1.430,00; 4) Item 06 do Edital - Armário Extra Alto. (LXPXH). Quant: 08. Vir. Unit: R\$ 1.817,00; 5) Item 07 do Edital - Gaveteiro Volante com 4(quatro) Gavetas (LXPXH). Quant: 10. Vir. Unit: R\$ 760,00; 6) Item 08 do Edital - Mesa Reta (LXPXH). Quant: 08. Vir. Unit: R\$ 570,00; 7) Item 10 do Edital - Mesa Reta (LXPXH). Quant: 10. Vir. Unit: R\$ 690,00; 8) Item 11 do Edital - Mesa em "L" (LXPXLXPXH). Quant: 10. Vir. Unit: R\$ 1.086,00; 9) Item 12 do Edital - Estação de Trabalho tipo Gota Executiva. Quant: 05. Vir. Unit: R\$ 3.593,00; 10) Item 13 do Edital - Mesa de Reunião Executiva. Quant: 01. Vir. Unit: R\$ 1.960,00; 11) Item 14 do Edital - Balcão Reto (LXPXH). Quant: 01. Vir. Unit: R\$ 1.124,00; 12) Item 15 do Edital - Mesa tipo Aparador (LXPXA). Quant: 01. Vir. Unit: R\$ 1.255,00; Valor total da Nota de Empenho: R\$ 93.430,00. Assinada por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretora Geral do TRE-RO em substituição. Amparo Legal: ARP 77/2019, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 21/2019/TRE-RO. Processo: SEI 0002640-50.2019.6.22.8000.

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL DE PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2019 - UASG 070024

Nº Processo: 0002523-59.2019.6. Objeto: Curso "Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto nº 10.024/2019 - Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade em 30/10/2019. SILVIA GONÇALVES DE MACEDO. Assessora Jurídica. Ratificação em 08/11/2019. AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA. Diretora Geral. Global: R\$ 21.800,00. CNPJ : 11.128.083/0001-15 SUPERCIACAPACITACAO E MARKETING EIRELI.

(SIDEC - 13/11/2019) 070024-00001-2019NE000005

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Desembargador Cid José Goulart Júnior, nos autos do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 32.322/2019,

F A Z S A B E R A todos que deste tomarem conhecimento e, em especial, à empresa RAUPP & FERNANDES LTDA., CNPJ n. 10.554.263/0001-04, atualmente em lugar incerto e não sabido, da possibilidade de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em virtude da ausência de apresentação da documentação exigida no certame, conforme o subitem 11.2, "f", Edital do Pregão n. 040/2019.

Desde já é dada ciência à empresa do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta intimação, para apresentar defesa/justificativa.

Florianópolis-SC, 13 de novembro de 2019.  
CID JOSÉ GOULART JÚNIOR  
Desembargador

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 111/2019

REGISTRO DE PREÇO para fornecimento de caixas de papelão O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em epígrafe. Sagrarão-se vencedoras as licitantes CARTONAGEM PERIMETRAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-ME para os itens 1 a 3, 5 e 6 e a ROGER ANDRÉ BRAUN-ME para os itens 4, 7, 8 e 9. Jo Paulo, 12 de novembro de 2019 \_ RICARDO MENDONÇA FALCÃO \_Pregoeiro do TRE-SP

ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA  
Equipe de Apoio

(SIDEC - 13/11/2019) 070018-00001-2019NE682019

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

#### EXTRATOS DE CREDENCIAMENTOS

Processo 0012635-49.2019.6.27.8000. Credenciamento 45/2019. Objeto: Serviços nas áreas de ginecologia, obstetrícia e pediatria aos membros e servidores do TRE-TO, bem como a seus respectivos dependentes. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: Instituto Crescer Cuidados Médicos com a Saúde LTDA., CNPJ 32.998.525/0001-54. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL, para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 11/11/2019. Signatários: pelo Credenciante, Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, Cristiane Regina Boechat Tose, Secretária de Gestão de Pessoas e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social; e, pela Credenciada, Amanda da Cunha Maia Hagedstedt.

Processo 0012680-53.2019.6.27.8000. Credenciamento 44/2019. Objeto: Serviços de exames de análise laboratorial e anatomia patológica, patologia clínica aos membros e servidores do TRE-TO, bem como a seus respectivos dependentes. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: In Laboratório Clínico EIRELI, CNPJ 14.489.276/0001-90. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL, para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 11/11/2019. Signatários: pelo Credenciante, Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, Cristiane Regina Boechat Tose, Secretária de Gestão de Pessoas e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social; e, pela Credenciada, Larissa Almeida Brasil.

Processo 0012248-34.2019.6.27.8000. Credenciamento 42/2019. Objeto: Serviços nas áreas de consultas ginecológicas e urológicas, exames de ultrassonografia, histeroscopia, Colposcopia, exames de urologia e "Day clinic" - Clínica Dia (12horas) aos membros e servidores do TRE-TO, bem como a seus respectivos dependentes. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: Gerare Reprodução Humana LTDA., CNPJ 15.798.225/0001-02. Preços: Valores da tabela de Classificação

